

Valorizar pensões e reformas
Combater a pobreza
Dar dignidade à vida



 **PCP**

A resistência e a luta do povo português, nomeadamente ao longo dos últimos quatro anos, em que os reformados e pensionistas tiveram um destacado papel contra a política de exploração e empobrecimento, aliados ao seu voto nas eleições legislativas de 4 de Outubro, foram decisivos para a derrota eleitoral do PSD/CDS-PP.

O PCP tudo fez para afastar o PSD e o CDS-PP do governo e para que a nova correlação de forças na Assembleia da República se traduzisse numa solução política de resposta a problemas mais urgentes dos trabalhadores, dos reformados e do povo português.

As medidas até agora tomadas, para as quais a acção do PCP foi determinante, contrariam o rumo que o PSD e o CDS-PP pretendiam prosseguir e que visava cortes de 600 milhões de euros nas reformas e pensões, degradação dos serviços públicos de saúde e segurança social, manutenção dos cortes nos salários pelo menos até 2019, novas alterações à legislação laboral para aumentar a exploração dos trabalhadores.

Vale a pena lutar!
Contra as
injustiças sociais
Por um vida melhor!



Repór direitos e rendimentos roubados

Pela acção empenhada do PCP tem sido possível, nesta nova fase da vida política nacional, a adopção de medidas de reposição de rendimentos e direitos roubados, em que se destacam:

- redução progressiva da sobretaxa do IRS e sua eliminação em 2017;
- reposição dos complementos de pensões aos reformados das empresas públicas;
- aumento do complemento solidário para idosos, da majoração do abono de família e do rendimento social de inserção;
- protecção da morada de família face a penhoras decorrentes de execuções fiscais;
- reforço dos cuidados primários de saúde, com a contratação de mais médicos e outras medidas (ainda que limitadas), com a redução ou isenção do pagamento das taxas moderadoras para grupos específicos (bombeiros e dadores de sangue) e situações clínicas especiais;
- alteração do regime de protecção social na invalidez;
- alargamento das deduções por deficiência;
- introdução de cláusula de salvaguarda do IMI;
- eliminação dos cortes salariais aos trabalhadores da Administração Pública que vigoraram até Dezembro de 2015;
- reposição dos feriados roubados;
- aumento do salário mínimo nacional para 530 euros (ainda que aquém dos 600 euros propostos pelo PCP);
- interrupção da concessão e privatização das empresas de transportes terrestres de passageiros.



É preciso ir mais longe!

Valorizar as pensões e reformas

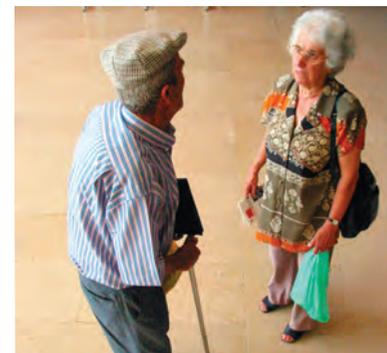
Combater a pobreza

Dar dignidade à vida

O PCP sempre defendeu a actualização anual das reformas e pensões, repondo o seu poder de compra para todos aqueles que descontaram ao longo de uma vida de trabalho para o Sistema Público de Segurança Social, ou para a Caixa Geral de Aposentações.

O PCP sempre defendeu a actualização anual das pensões e de outros apoios sociais, assegurando os direitos dos idosos em situação de carência económica e em risco de pobreza, no âmbito do regime não contributivo da segurança social.

Nos últimos quatro anos, apesar do baixo valor das pensões e reformas (o valor médio era de 358,6 euros em 2014) atribuídas pela Segurança Social, somente as pensões até 265 euros, auferidas por 15% dos reformados, não foram congeladas. Todas as restantes não tiveram qualquer actualização e em muitos casos foram sujeitas a cortes diversos.



Os compromissos do PCP

Por um aumento real das reformas e pensões

Em 2016 o descongelamento e a actualização das pensões até 628,82 euros significa aumentos magros. **É preciso ir mais longe!**

O PCP defende um compromisso de valorização das pensões que garanta um aumento real do seu valor, considerando necessário repor o poder de compra perdido entre 2011 e 2015 (mais de 7%).

Assim, **o PCP propôs na Assembleia da República:**

▶ **um aumento extraordinário das pensões e reformas em 2016 no valor de 10 euros**, como contributo, ainda que insuficiente, para a recuperação de rendimentos e direitos e o combate à pobreza entre os idosos.

▶ **tornar mais justas as regras de actualização anual das reformas** com alteração da Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro. Com esta proposta os reformados e pensionistas vêem o seu nível de vida evoluir, tendo em conta a riqueza gerada no país, sem prejuízo de regras de actualização mais favoráveis para os pensionistas cujas pensões têm montantes mais baixos.

É possível e necessário ir mais longe taxando o grande capital, rompendo com os constrangimentos externos e obtendo, por essa via, os meios necessários para melhorar as condições de vida dos reformados, pensionistas e idosos.



Vale a pena lutar!
Pela valorização das pensões
Pelo efectivo bem-estar
e qualidade de vida

O PCP vai continuar a intervir para cumprir os seus compromissos:

- garantir a prestação anual de informação discriminada aos pensionistas do valor líquido das suas pensões, por parte do Centro Nacional de Pensões;
- retomar o pagamento por inteiro e nos meses devidos dos montantes adicionais de Julho (subsídio de férias) e de Dezembro (subsídio de Natal);
- garantir o acesso à reforma sem penalização aos trabalhadores com carreiras contributivas longas (acima dos 40 anos) vítimas de desemprego forçado;
- aumentar as receitas da segurança social e diversificação das suas fontes de financiamento;
- cumprir o direito à saúde com serviços públicos de proximidade, acesso aos cuidados de saúde integrados e continuados e de cuidados paliativos;

abolir as taxas moderadoras; compartilhar a 100% os medicamentos para doenças crónicas;

→ efectivar o direito à mobilidade e ao transporte público, assegurando descontos de 50% nas respectivas tarifas a partir dos 65 anos;

→ criar uma rede pública de equipamentos e serviços de apoio à terceira idade (lares, centros de dia, apoio domiciliário, entre outros), que permita a igualdade de acesso dos que têm menores rendimentos;

→ incentivar a participação na vida social, política e cultural, com o reconhecimento do associativismo específico dos reformados; assegurar a gratuidade de acesso a espaços culturais públicos – museus, teatros, entre outros.

Com o PCP e a luta dos reformados

Por pensões dignas Acesso à saúde Qualidade de vida



Ficha para contacto

Adere ao PCP

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados, que nos permitam contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

Partido Comunista Português

Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 - 1600-196 Lisboa

www.pcp.pt

pcp@pcp.pt

